

A IMAGEM DE MINHA INSÔNIA

Brasília, cidade-máquina melancólica

Ana Carolina Lessa Dantas¹

Resumo

Debruçando-se sobre as diversas facetas da capital brasileira, o presente trabalho utiliza-se de metodologia teórica e documental para explorar os múltiplos conceitos de melancolia identificáveis em Brasília através da caminhografia urbana. Inicialmente, apresenta-se a melancolia freudiana, bem como sua releitura benjaminiana enquanto melancolia de esquerda, associadas à perda do projeto socializante da cidade. Em um segundo momento, a partir da categoria que Virilio identifica como cidade-máquina, busca-se expor a perpetuação deste *ethos* enquanto melancolia na cidade, a qual gera mal-estar através de uma urbanização produtora de disparidades sociais. Palavras-chave: melancolia, cidade-máquina, Brasília.

PICTURE OF MY INSOMNIA

Brasilia, melancholy city-machine

Abstract

Focusing on the various facets of the Brazilian capital, this paper uses theoretical and documentary methodology to explore the multiple concepts of melancholy identifiable in Brasilia through urban *caminhografia*. Initially, Freud's melancholy is presented, as well as its benjaminian rereading as left melancholy, associated with the loss of the city's socializing project. In a second moment, from the category that Virilio identifies as city-machine, we seek to expose the perpetuation of this ethos as melancholy in the city, which generates unease through an urbanization that produces social disparities. Keywords: melancholy, city-machine, Brasilia.

Introdução

Brasília é construída na linha do horizonte. – Brasília é artificial. Tão artificial como devia ter sido o mundo quando foi criado. Quando o mundo foi criado, foi preciso criar um homem especialmente para aquele mundo. Nós somos todos deformados pela adaptação à liberdade de Deus. Não sabemos como seríamos se tivéssemos sido criados em primeiro lugar, e depois o mundo deformado às nossas necessidades. Brasília ainda não tem o homem de Brasília. – Se eu dissesse que Brasília é bonita, veriam imediatamente que gostei da cidade. Mas se digo que Brasília é a imagem de minha insônia, vêem nisso uma acusação; mas a minha insônia não é bonita nem feia – minha insônia sou eu, é vivida, é o meu espanto. Os dois arquitetos não pensaram em construir beleza, seria fácil; eles ergueram o espanto deles, e deixaram o espanto inexplicado. A criação não é uma compreensão, é um novo mistério. – Quando morri, um dia abri os olhos e era Brasília. (LISPECTOR, 2016, p. 5+91)

Assim Clarice Lispector inicia o relato de sua primeira visita a Brasília, em 1962, dois anos após a inauguração da nova capital do Brasil. Em suas próprias palavras, se dissesse que Brasília era bonita, todos saberiam que gostou da cidade. Mas não foi isso que disse. Lispector não foi a única a demonstrar seu espanto com a nova urbe. A ela se juntou um sem número de passantes (e eventuais residentes) que não só expressaram sua perplexidade diante da Capital da esperança², mas que viram nela um fenômeno singular e passível de investigação.

Neste trabalho, proponho-me a ser mais uma a palpitar sobre Brasília e sobre seu *pecado original*³, com a audácia que só uma recém-chegada poderia ter. Buscarei, assim, apresentar a capital brasileira enquanto cidade melancólica. Melancólica não apenas porque frustrada quanto às utopias que a fundaram, mas também por fruto de sua configuração segregacionista e rodoviária, que se desvela cotidianamente na caminhografia urbana.

Neste sentido, trabalharei, no primeiro momento, com os conceitos de melancolia (FREUD, 1992) e melancolia de esquerda (BROWN, 2003; TRAVERSO, 2018) enquanto categorias de análise para a leitura (do fracasso) das utopias estruturantes do projeto de Brasília. Em seguida, utilizando-me da compreensão de Virilio (1996) acerca das cidades burguesas-militares, ou cidades-máquina, procurarei apresentar a configuração urbana de Brasília – com foco em sua malha rodoviária e em seus vazios – como uma estrutura perpetuadora de desigualdades e exclusões sociais, e, portanto, de melancolia (MARICATO; KEHL, 2016).

Cidade da utopia, cidade da perda

Sevcenko (2003) sugere que uma das formas de contar a história de um lugar é a partir dos desejos não consumados, das possibilidades não realizadas. É assim que começo a abordar, portanto, a questão de Brasília: a partir do que ela não é.

¹ Mestranda em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Analista de patrimônio cultural na Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Distrito Federal (Iphan-DF).

² Apelido dado a Brasília, no dia 24 de agosto de 1959, por André Malraux, então Ministro dos Assuntos Culturais da França (ALMINO, 2007).

³ Termo utilizado por Holanda (2017) para designar o projeto do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) tal como concebido por Lucio Costa.

Lucio Costa, no Relatório do Plano Piloto de Brasília, de 1957, falava de uma cidade concebida não apenas como *urbs*, simples organismo moderno, mas como *civitas*, detentora de atributos inerentes a uma capital. Para tanto, “a condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de uma certa dignidade e nobreza de *intenção*, porquanto dessa atitude fundamental decorrem a ordenação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir ao conjunto projetado o desejável caráter monumental” (COSTA, 2014, p. 27, grifo no original).

Brasília foi obra intencional. Planejada não apenas em seu traçado, a cidade foi fruto de muitos projetos: da terra prometida, vaticinada em sonho por Dom Bosco (SIQUEIRA, 2002); do ideal nacionalista, desenvolvimentista e mudancista de Juscelino Kubitschek (OLIVEIRA, 2005); e da utopia modernista e socialista de seus arquitetos (HOLSTON, 1993). Antes de se tornar *espaço construído* e *espaço sociológico e político* (SCHMIDT, 1997), a capital foi espaço sonhado.

Trabalharei, aqui, a perspectiva de melancolia associada especificamente à perda de uma dessas utopias, a saber, a do ideal modernista de regeneração das “cidades caóticas dos países desenvolvidos e, por extensão, [da] própria sociedade capitalista” (MOREIRA, 1998, p. 98) a partir do engajamento político e social da arquitetura.

O conceito de melancolia a que me refiro não diz respeito à expressão contemporânea do mal-estar e do comportamento depressivo (KEHL, 2010), mas ao fenômeno identificado por Freud em seu primeiro texto sobre o tema, *Luto e Melancolia*, de 1917. O autor inicia sua reflexão ao identificar no luto uma reação não patológica à perda de uma pessoa querida ou de uma abstração que esteja no lugar dela (a exemplo de pátria, liberdade, ideal etc.). Em contraposição, o melancólico poderia ser entendido como aquele que passou por uma experiência de perda do objeto amado, sem, contudo, poder detectar o que foi perdido ou de que forma sua própria subjetividade tomaria lugar no mundo após a perda (FREUD, 1992).

No caso da melancolia, a compreensão freudiana atribui a perda do objeto de amor natural ao campo do ideal. Neste sentido, o melancólico vivenciaria a “perda de objeto que foi retirada da consciência, à diferença do luto, no qual nada do que diz respeito à perda é inconsciente” (FREUD, 1992, p. 132). Este processo resultaria na volta do sujeito para sua subjetividade, em forma de autocrítica, fazendo-o viver à sombra do objeto perdido, da idealização deste. Para Freud, ademais, a melancolia seria um processo quase sempre ambivalente, não tendo sua origem apenas na perda. Em suas palavras, os motivos que a ocasionam “abrangem todas as situações de ofensa, desprezo e decepção através das quais pode penetrar na relação uma oposição de amor e ódio ou pode ser reforçada uma ambivalência já existente” (1992, p. 137).

Arelados à releitura da melancolia freudiana, Brown (2003) e Traverso (2018) resgatam o termo *melancolia de esquerda*, de Benjamin. Enquanto chave interpretativa, esta categoria refere-se ao apego a uma análise política ou ideal particular à esquerda – ou, mais especificamente, ao fracasso deste ideal. Este afinco à identidade política e aos modos de mobilização perdidos excederiam os investimentos contemporâneos em mobilização ou transformação, expressando-se, em sua versão final, como estagnação, imobilidade (BROWN, 2003).

Para Brown (2003), este comportamento melancólico estaria associado, no fundo, a uma compreensão narcísica não expressa de representação de um caminho para o bem e para a verdade. Diante disto, talvez não surpreendam tanto as palavras de Lucio Costa, ao afirmar, em 1961, que Brasília foi “concebida e construída com decisão e com fé num Brasil diferente e num mundo melhor – a sua arquitetura e o seu urbanismo exprimem essa confiança – e isto, no final das contas, é o que

importa” (COSTA, 2010, p. 52).

Referindo-se ao cientificismo, à submissão da natureza pela agência humana e à crença no processo civilizatório redentor, Giannetti afirma que “se é verdade que uma era termina quando as suas ilusões fundadoras estão exauridas, então o veredicto é claro: a era moderna caducou” (2016, p. 21).

Traverso (2018) identifica este momento de caducidade como eclipse das utopias; diante do fracasso dos ideais socialista e desenvolvimentista no século XX, o que surgiu não foi um balanço estratégico da esquerda, mas uma ofensiva do conservadorismo de direita. Com esta ruptura, vai-se também a crença no determinismo histórico que, fatalmente, levaria à igualdade entre os indivíduos e à libertação da humanidade. No caso de Brasília, esta ofensiva conservadora tomou a forma de uma brutal ditadura que, quatro anos após a inauguração da capital, ocupou a nova cidade com tanques (SANTOS, 2008) – talvez mais eloquentes na expressão de seus ideais que os pilotis recém-construídos.

Concebo a instauração da ditadura civil-militar, bem como sua permanência no espaço e no imaginário brasileiros nos anos que se seguiram, como o primeiro baque a afetar diretamente as utopias fundacionais de Brasília; a primeira perda do objeto de amor⁴. Holston (1993) identifica, ainda, na apropriação da cidade por seus moradores, outro choque. Para o autor, como a ocupação da cidade recém-construída “[...] se fez segundo o que ditava a prática da sociedade brasileira, essas premissas engendraram uma série de processos sociais que, de modo paradoxal mas inequívoco, vieram a destruir as intenções utópicas de seus idealizadores” (1993, p. 12).

Em igual sentido, Niemeyer (2006) narra seu percurso na construção da capital, terminando por admitir o fracasso dos planos de justiça social urbana:

Constrangia-nos apenas verificar que, para os operários, seria impraticável manter as condições de vida que o Plano Piloto fixara, situando-os, como seria justo, dentro das áreas de habitação coletiva [...]. Vimos, com pesar, que as condições sociais vigentes colidiam nesse ponto com o espírito do Plano Piloto, criando problemas impossíveis de se resolver na prancheta, mesmo apelando-se – como alguns mais ingênuos sugerem – para uma arquitetura social a que nada conduz sem uma base socialista (p. 32).

Eis, portanto, a segunda perda.

A caracterização da melancolia exige, porém, para além das perdas, a impossibilidade de abandono dos ideais frustrados, deste passado com o qual se mantém uma relação ambivalente. Aqui, entram em cena os discursos historiográficos que, durante os processos de reconhecimento do Conjunto Urbanístico de Brasília como patrimônio cultural, atribuíram ao passado sua legitimidade (PERPÉTUO, 2018), e aos quais se sói voltar quando do debate sobre o conjunto tombado⁵.

⁴ Ainda que nada acrescente ao argumento do texto, chamo atenção para o fato curioso (para não usar o adjetivo freudiano) de que, segundo relatos de amigos e familiares, Lucio Costa nunca superou a morte de sua esposa, em 1954, três anos antes da elaboração do projeto do Plano Piloto de Brasília. O acontecimento teria marcado sua vida desde então, deixando-se entrever em sua fisionomia e em seu ânimo (CARLUCCI, 2005). Em outras palavras, era um melancólico típico.

⁵ O debate acerca dos valores a serem preservados em Brasília – bem como em qualquer bem patrimonializado – é antigo e complexo. Mencionei-o, aqui, de forma deveras superficial, mas recomendo,

Ainda se verifica, hoje, o uso da *intenção* dos arquitetos como valor em si, bem como argumento para justificar decisões institucionais acerca do conjunto tombado e de tudo que ele rege: relações de habitação, de circulação, de trocas etc. Cito como exemplo a Declaração Retrospectiva de Valor Universal Excepcional de Brasília (UNESCO, 2014):

A autenticidade de Brasília é assegurada pela manutenção de seus atributos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos que representam um novo modo de vida urbana, reafirmados por Lucio Costa e Oscar Niemeyer, com base nos princípios do Movimento Moderno relacionados à arquitetura e urbanismo do século XX.

Para Rossetti (2012), a adoção deste tipo de postura conservadora incorre no risco de comprometer a análise da cidade no presente, restringindo as potencialidades de seu funcionamento pleno como fato urbano. É a estagnação benjaminiana. Estes elementos justificariam, a meu ver, a atribuição do adjetivo *melancólica* à capital nacional. Mas não é tudo. Identifico, ainda, outro tipo de melancolia, que Maricato e Kehl (2016) denominam de melancolia da desigualdade, associada à formação das cidades burguesas – ou cidades-máquina (VIRILIO, 1996) – e que merece atenção quando o assunto é Brasília.

A máquina melancólica

A cidade nova com sua riqueza, suas organizações técnicas inéditas, suas universidades e seus museus, suas lojas e suas festas permanentes, seu conforto, seu saber e sua segurança, parecia um ponto fixo ideal onde vinha encerrar-se uma penosa viagem, um desembarcadouro final da migração das massas e de suas esperanças depois de uma travessia perigosa, de tal sorte que se confundiu, até recentemente, urbano e urbanidade, que se tomou por um lugar de trocas sociais e culturais o que não passava de um entroncamento rodoviário ou ferroviário. Confundiu-se uma encruzilhada com a via para o socialismo (VIRILIO, 1996, p. 22).

Para Nunes (2003), as cidades planejadas carregam em sua criação, ainda que de forma inconsciente, a necessidade de atender a objetivos de Estado ou a projetos de sociedade que são inerentes ao debate de ideias no qual elas surgem como alternativa. Como já se viu, Brasília não é exceção a essa regra.

A construção da *Capital da esperança*, no final da década de 1950, coincidiu com um intenso processo de industrialização e com a transição, no Brasil, de uma sociedade rural para uma sociedade urbana. Estas mudanças marcariam a consolidação de duas classes sociais – proletariado industrial e classe média urbana – que passariam a ocupar, segundo Nunes (2003) “de forma absolutamente original na nossa história” (p. 77), o cenário político e cultural do país.

No contexto europeu, e tomando Paris como exemplo, Virilio (1996) identifica, nos processos de urbanização decorrentes das correntes migratórias campo-indústria (bem anteriores a seus correspondentes no Brasil), o surgimento de uma nova forma de organização em comunidade: a urbe.

para melhor compreensão destas relações de memória e de modulação temporal, a leitura de Perpétuo (2015) e Ribeiro; Perpétuo (2017).

Com o advento da cidade, organizada em vias e em sistemas de transporte rápido, os sentidos e velocidades das massas tornam-se passíveis de controle: a distância domicílio-fábrica precisa ser transposta através da rua. Se é na rua, portanto, que se concentra a ocupação do compactado humano, é a ela que a burguesia volta sua atenção.

Para Virilio (1996), contudo, a rua não se origina em função da cidade. Ao contrário, esta é apenas “uma paragem, um ponto sobre a via sinóptica de uma trajetória, antigo talude de fortificação militar, plataforma de vigilância, fronteira ou margem, onde se associam instrumentalmente o olhar e a velocidade de locomoção dos veículos” (p. 21). A cidade é somente *circulação habitável*.

Esta urbe em movimento, recém surgida e apropriada pela burguesia, precisa, contudo, traçar seus limites. A marcação de fronteiras, bem como a constituição de um aparato militar-policia que as proteja, serve não apenas ao propósito de defesa contra inimigos, mas ao estabelecimento de espaços distintos para as novas classes em formação. Nas palavras do autor:

Em todas as latitudes, o alojamento social, a cidade-dormitório ou de trânsito, implantando nos limites das cidades, à beira das auto-estradas ou das vias férreas, os sistemas de pedágio rodoviário que com tanta insistência o governo quer instaurar às portas mesmas de uma capital despovoada pela seleção, os quartéis-generais das forças policiais instalados nas proximidades, todo esse aparato é tão somente a reconstituição das diversas peças do motor da fortaleza, com seus flancos, suas gargantas, suas passagens subterrâneas, suas chicanas, a admissão e o escapamento de suas portas, todo esse controle primordial da massa pelos órgãos da defesa urbana (VIRILIO, 1996, p. 28-29).

A este complexo organismo urbano, controlado pela velocidade de suas vias e pela marcação de classe de suas fronteiras, Virilio (1996) dá o nome de cidade-máquina. Lucio Costa não precisaria ter dito que a “Praça dos Três Poderes é o Versalhes do povo” (1995, p. 299) para a associação entre Brasília e cidade-máquina europeia parecer inevitável. Projetada sob o signo do rodoviarismo (HOLANDA, 2017), a capital estabeleceu-se em torno de amplas vias intercaladas com vazios, impondo o uso do veículo automotor não como inovação desejável, mas como único meio possível.

Estas vias também são de grande valia para transpor a imensa distância que separa o Plano Piloto de seu entorno urbano. O *cinturão verde*, que garante a manutenção dos espaços abertos, constitui, para Moser (2016), “um *cordão sanitaire* em torno da cidade endinheirada, forçando os pobres, centenas de milhares deles, a viverem nas cidades-satélites” (p. 24).

Esta desigualdade marcada por distâncias não é, na concepção de Holston (1992), ocasional. O objetivo inicial da política residencial era, segundo o autor, manter a capital como um centro burocrático livre das desordens sociais que assolavam outras cidades brasileiras. Para a consecução de tal política, contudo, foram necessários instrumentos de planificação que eram característicos dessas desordens e que acabaram por reproduzi-las na capital.

Desse modo, a preservação do Plano Piloto intacto, conforme idealizado, estabeleceu uma ordem social dual entre os migrantes que chegavam à nova capital, regulando o acesso à residência. Como resultado, uma periferia pobre de cidades-satélites – hoje chamadas de regiões administrativas – foi povoada pelos excluídos do centro,

enquanto este continuou apenas parcialmente construído e ocupado (HOLSTON, 1992). O produto desta combinação de vias e vazios talvez seja a razão que levou Clarice a dizer que, em Brasília, não há por onde entrar, nem há por onde sair. É “uma prisão ao ar livre. [...] é onde o espaço mais se parece com o tempo” (LISPECTOR, 2016, p. 594-595).

Esta conformação, que garante a baixa ocupação do solo e a manutenção das escalas de Lucio Costa, hoje serve também como traçado físico da desigualdade do DF. De acordo com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), em 2013, apenas duas regiões administrativas apresentavam mais da metade de seus residentes trabalhando na própria região: Plano Piloto (93,6%) e SIA (62,3%) (MIRAGAYA, 2013). Este fenômeno acarreta um necessário deslocamento entre centros – morfológico, demográfico e funcional – que implica enormes custos, “particularmente para a população de baixa renda que dispõe de um arremedo de transporte coletivo caro, ineficiente e sucateado” (HOLANDA, 2017, p. 6).

A desigualdade na capital do país também se constata a partir do Índice de Gini – indicador de desigualdade econômica, expresso em variação de 0 (igualdade absoluta) a 1 (concentração de renda absoluta) – que, em 2013, marcou 0,570 pontos no DF, em contraposição à média brasileira de 0,498 (DISTRITO FEDERAL, 2015). Desde então, este contraste apenas aumentou, firmando o Distrito Federal como unidade da federação mais desigual do país (COSTA, 2018).

Esta profunda segregação, hoje expressa em gráficos e números, já se desenhava na década de 1960:

O que se queria era formar de cada quatro superquadras uma *Unidade de Vizinhança*, em que convivessem pelo menos três níveis sociais. [...] As habitações mais econômicas não teriam certos acabamentos e comodidades considerados indispensáveis pelo pequeno burguês, a fim de evitar o perigo sempre presente de, uma vez prontas, ficarem tão boas ou tão caras que fossem ocupadas por outros que não aqueles a quem se destinavam. (COSTA, 2010, p. 46-47, grifo no original).

A segregação social é mais radical aqui do que em qualquer outra cidade, uma vez que há blocos luxuosos, outros médios e outros muito modestos: seus moradores não se misturam; as crianças ricas não se acotovelam com as pobres, nos bancos escolares; nem no mercado, nem na igreja a mulher de um alto funcionário roça, sequer, a de um simples empregado (BEAUVOIR, 1965, p. 280).

Se por ingenuidade de seus arquitetos ou por força do processo socio-histórico brasileiro, fato é que Brasília não deu conta de erguer, a partir do concreto, a sociedade projetada. A intenção não bastou, e a melancolia, tal como concebida por Freud, foi sua consequência. Julgo que esta não é, contudo, a única manifestação melancólica decorrente deste processo.

Kehl (2010), em referências às obras de Benjamin e Baudelaire, identifica na melancolia pré-freudiana, anterior ao século XX, uma perda associada a objetos cuja natureza diziam respeito a representações e sentimentos da vida pública. Em Baudelaire, por exemplo, a matéria da melancolia seria a relação com o espaço público da cidade, marcado pela perda do pertencimento a formas comunitárias de convívio destruídas pela modernidade. O ambiente urbano, burguês e industrial, seria um espaço de

opressão (e de ressentimento) dos marginalizados (BASTOS, 2015).

Atualmente, este tipo de relação de ânimo – como tédio, apatia, mal-estar – para com o mundo exterior costuma ser traduzido como *depressão*. Para Kehl (2010), contudo, “[...] não existe substituição que nos poupe da perda. Ao trocar a denominação do ‘melancólico’ pela do ‘depressivo’ para manter a linha analítica que articulava a antiga melancolia ao sintoma social, parte do brilho e do valor atribuído pela tradição ocidental a esta forma de mal-estar teve que ser deixado para trás” (p. 11).

Ainda que tenha mudado de nome, porém, o sintoma social não deixou de existir. Maricato e Kehl (2016) procuram rearticular sua presença nos contextos urbanos a partir da ideia de melancolia da desigualdade. Na perspectiva das autoras, as condições de precariedade de infraestruturas básicas (mobilidade, habitação, saneamento etc.), associadas à percepção do amplo vão que separa as elites urbanas das comunidades periféricas (ou a cidade da *não cidade*), têm impacto na subjetividade dos indivíduos. Esta afecção subjetiva, que promove alienação e melancolia, é produto das cidades-máquina.

Assim, se Brasília pode, em um primeiro momento, ser considerada melancólica em razão da perda dos ideais que deveriam constitui-la, ousa afirmar que é também melancólica em um sentido mais clássico, associado ao adoecimento psíquico coletivo em razão da vida e da esmagadora desigualdade nas grandes cidades modernas. Nas palavras de Lucio Costa:

O que ocorre em Brasília e fere nossa sensibilidade é essa coisa sem remédio, porque é o próprio Brasil. É a coexistência, lado a lado, da arquitetura e da anti-arquitetura, que se alastra; da inteligência e da anti-inteligência, que não para; é o apuro parede-meia com a vulgaridade, o desenvolvimento atolado no subdesenvolvimento; são as facilidades e o relativo bem estar de uma parte, e as dificuldades e o crônico mal estar da parte maior. Se em Brasília este contraste avulta é porque o primeiro élan visou além – algo maior (COSTA, 1995, p. 323).

Se os arquitetos que pensaram Brasília conseguiram enxergá-la pelo que ela se tornou, admitindo a possibilidade do erro (se é que houve), pouco importa. Fato é que a Praça dos Três Poderes não se tornou Versalhes, muito menos foi do povo.

Considerações Finais

Referindo-se ao drama barroco, Benjamin afirma que a perda [de uma obra] é necessária. O fim, a completa expressão da essência do objeto artístico, é condição de legibilidade para que a crítica realize seu trabalho (FERBER, 2006). Neste sentido, Benjamin considera a tragédia barroca uma peça natimorta. Talvez Brasília tenha também nascido em uma imensa cova, cavada por tantos desconhecidos em meio ao cemitério seco do cerrado (na qual alguns foram jogados ainda durante a construção da cidade). Se não pudermos superar a sua melancolia nos sentidos pré e pós-freudiano, podemos ao menos tentar pensá-la a partir do trabalho de luto (*trauerarbeit*) de Benjamin: dando-a voz e perdendo-a.

Tentei, neste trabalho, articular a experiência do caminhar (que, em uma urbe, equivale essencialmente a existir) em Brasília – enquanto cidade real e ideal – com os conceitos de melancolia, melancolia de esquerda, melancolia da desigualdade e cidade-máquina.

A empresa talvez tenha sido ousada em demasia. Mas, como diria Clarice: “Está se vendo que não sei descrever Brasília. Ela é Júpiter. É palavra bem aplicada. É gramatical demais para o meu gosto. E o pior é que ela exige gramática *but I don't know, sir, I don't know the rules*” (LISPECTOR, 2016, p. 610-611).

Referências bibliográficas

ALMINO, João. *O mito de Brasília e a literatura. Estudos Avançados*, n. 21, v. 59, p. 299-308, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10224>>. Acesso em 15 jul. 2019.

BASTOS, João Tavares. A melancolia e a renovação poética em Baudelaire. In: *Congresso Internacional de Literatura Comparada*, 14., 2015, Belém, **Anais...** Belém, 2015, online. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2015_1456101128.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BEAUVOIR, Simone de. *Sob o signo da história*, v. 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

BROWN, Wendy. Resisting left melancholia. In: ENG, David; KAZANJIAN, David (Ed.). *Loss: the politics of mourning*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 2003, p. 458-465.

COSTA, Gilberto. Distrito Federal registra desigualdade maior que restante do país. *Agência Brasil*, Brasília, 16 nov. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-11/distrito-federal-registra-desigualdade-maior-que-restante-do-pais>>. Acesso em: 26 julho 2019.

COSTA, Lucio. Brasília foi feita para o homem com fé num Brasil e num mundo melhores. [Entrevista concedida a] Claudius Ceccon. In: NOBRE, Ana Luiza (Org.). *Lucio Costa* (Encontros). Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2010.

COSTA, Lucio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 5.602, de 30 de dezembro de 2015. *Dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o quadriênio 2016-2019*. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, 31 dez. 2015. Seção 1, p. 1-220.

FERBER, Ilit. Melancholy philosophy: Freud and Benjamin. *E-rea: Revue électronique d'études sur le monde anglophone*, v. 4, n. 1, jun. 2006. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/erea/413>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. *Novos Estudos*, n. 32, p. 128-142, mar. 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000300016>. Acesso em: 10 jul. 2019.

GIANNETTI, Eduardo. *Trópicos Utópicos: uma perspectiva brasileira da crise civilizatória*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HOLANDA, Frederico de. O mundo das miudezas: Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB. *Revista de Morfologia Urbana*, v. 2, n. 1, p. 5-13, 2017. Disponível em: <<http://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/28>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

KEHL, Maria Rita. A melancolia em Walter Benjamin e em Freud. In: *Anais do Seminário Internacional Políticas de la Memória*, 3., 2010, Buenos Aires. Buenos Aires, 2010, online. Disponível em: <http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2010/10/mesa-42/khel_mesa_42.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

LISPECTOR, Clarice. *Todos os contos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

MARICATO, Ermínia; KEHL, Maria Rita. *Melancolia da desigualdade – A cidade dividida*. Café filosófico CPFL, vídeo, 110min, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MYP3rjbiCAc>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MIRAGAYA, Júlio. *Perfil da distribuição dos postos de trabalho no Distrito Federal – Concentração no Plano Piloto e déficits nas cidades-dormitório*, CODEPLAN, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2Q604jS>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Brasília: a construção da nacionalidade – um meio para muitos fins (1956-1961)*. Vitória: EDUFES, 1998.

MOSER, Benjamin. Cemitério da Esperança: Brasília aos 50. In: MOSER, Benjamin. *Autoimperialismo – Três ensaios sobre o Brasil*. São Paulo: Planeta, 2016.

NIEMEYER, Oscar. *Minha experiência em Brasília*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

NUNES, Brasilmar Ferreira. A lógica social do espaço. In: PAVIANI, Aldo; GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos (Org.). *Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília: Editora UnB, 2003.

OLIVEIRA, Márcio de. *Brasília: o mito na trajetória de uma nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005.

PERPÉTUO, Thiago Pereira. *Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília*. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2016.

RIBEIRO, Sandra Bernardes; PERPÉTUO, Thiago (Orgs.). *Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília*. Brasília: IPHAN DF, 2016.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. Brasília-patrimônio: cidade e arquitetura moderna encarando o presente. *Arquitextos*, n. 149, ano 13, out. 2012. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4547>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

SANTOS, Tiago Borges dos. *Lira Pau-Brasília – Entre fardas e superquadradas: poesia, contracultura e ditadura na Capital (1964-1981)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SIQUEIRA, Deis. Novas religiosidades na capital do Brasil. *Tempo Social*, v. 4, n. 1, p.

177-197, maio 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v14n1/v14n01a09.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

TRAVERSO, Enzo. Passados assombrados desprovidos de utopias. In: Idem. *A melancolia de esquerda: marxismo, história e memória*. Belo Horizonte: Âyiné, 2018. p. 27-62.

UNESCO. *Declaração Retrospectiva de Valor Universal Excepcional de Brasília*, 2014. Disponível: <<https://whc.unesco.org/en/list/445/>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

VIRILIO, Paul. *Velocidade e política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.